

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **SERGIO LUIS ABRUSSI CABALLERO RODRIGUEZ**
AGRAVANTE : **JOAO FAUSTINO SOUTO**
AGRAVANTE : **BENEDITO FRANCISCO DA SILVA**
REPR. POR : **ROSIMERE DA SILVA**
AGRAVANTE : **WILSON FERREIRA**
AGRAVANTE : **JOSÉ LUIZ DA SILVA**
AGRAVANTE : **MANOEL SENÉCIO MENDES BRIÃO**
AGRAVANTE : **PAULO CÉSAR NASCIMENTO**
ADVOGADO : **ELIANE EMILIA MACHADO PACHECO E**
OUTRO(S) - SC015209
AGRAVADO : **UNIÃO**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO BASILAR DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. As matérias pertinentes aos arts. 467, 468, 471, 472, 473 e 474 do CPC/73 não foram apreciadas pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

2. Ainda que assim não fosse, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que "*considerando os limites do conteúdo decisório transcrito, a questão imposta é diversa, e cinge-se unicamente em perquirir acerca da (im)possibilidade de intimação da parte através da retirada dos autos em carga, como certificado na fl. 724v*" (fl. 99), esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF.

3. No mais, o recurso especial não pode ser conhecido no tocante à alínea *c* do permissivo constitucional. Isso porque o dissídio jurisprudencial não foi comprovado na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

4. Agravo interno não provido.

ACORDAO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

